



GT 01. A presença indígena na educação superior no contexto das universidades brasileiras: desafios na assistência estudantil e diálogos interculturais na formação profissional

Coordenador(es):

Marcos Antonio Braga de Freitas (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

Carlos Kleber Saraiva de Sousa (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Os povos indígenas têm ao longo da história de contato resistindo aos diversos processos colonizatórios e dominação cultural. No contexto dessa resistência vem a luta pela garantia dos direitos sociais e culturais, destacando-se a questão do território, saúde, educação, entre outros. Entretanto, o recorte da proposta do GT é no campo das políticas públicas educacionais, com destaque para a educação superior como uma das formas de sua autonomia e resistência e fortalecimento identitário, sejam no âmbito das terras indígenas e/ou vivem e moram nas cidades. Destaca-se que a formação superior indígena no Brasil e na América Latina, a exemplo do México, Venezuela, Equador, Brasil, entre outras é uma realidade; tendo experiências exitosas no contexto da educação intercultural a partir dessa história de luta, resistência e os marcos legais. A formação intercultural indígena e as experiências em curso nas universidades brasileiras, a exemplo dos cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas e políticas de ações afirmativas com a presença indígena é uma realidade no contexto das políticas públicas das Instituições de Ensino Superior (IESs). A produção da literatura indígena e seus reflexos nos movimentos indígenas, nas escolas e comunidades indígenas são temas de discussões no GT a partir dos trabalhos de conclusão de curso e da própria formação profissional no âmbito das IESs.

PITAKAJÁ E KUABA: Cultura organizacional e participação indígena na gestão do ensino superior.

Autoria: Carlos Kleber Saraiva de Sousa (UFC - Universidade Federal do Ceará), Valdenia M.L.L. Saraiva

A Universidade Federal do Ceará possui duas licenciaturas interculturais indígenas, denominadas de PITAKAJÁ e Kuaba. Sua integralização curricular possui um híbrido de saberes tradicionais das etnias envolvidas no curso, associados a conhecimentos acadêmicos e científicos elaborados e ou propagados pela universidade. Imerso nos saberes e ações culturais indígenas, encontra-se o hábito da participação coletiva em esferas deliberativas e comunitárias. Essa prática de gestão democrática foi inserida no Projeto Pedagógico desses cursos e nomeadas de Plenárias Indígenas. Com efeito, esta pesquisa tem como propósito central, refletir sobre essas esferas de deliberação coletiva, que constituem parte integrante da gestão organizacional das referidas graduações. Para tanto, elaboramos uma rede interdisciplinar de aportes teóricos que debate e associa o conceito de cultura, em perspectivas organizacionais e antropológicas, às realidades das Plenárias Indígenas das sublinhadas licenciaturas. Entre essas referências podemos grifar Edgar H. Schein, Gareth Morgan, Stephen P. Robbins, Clifford Geertz e John B. Thompson, entre outros. Nesses termos, o estudo nos levar a perceber que há uma cultura organizacional inserida no PITASKAJÁ e Kuaba, que valoriza a participação dos índios em debates e deliberações associadas a recursos, lugares de atividades letivas, disciplinas a ser ministradas, etc.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: